

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola

“A AGROECOLOGIA E O ETNOCONHECIMENTO EM ESCOLAS INDÍGENAS ”

ANA MARTA CHACON FERREIRA

Mestranda PPGEA-Bolsista CAPES-UFRRJ

Prof(a) Dr.(a) ROSA CRISTINA MONTEIRO

Docente PPGEA - UFRRJ

Resumo

As comunidades indígenas têm conhecimento comum aos seus hábitos e tradições, os quais têm cada vez mais sido valorizados. O presente artigo tem como objetivo trazer discussões sobre a possibilidade da inserção da agroecologia dentro dos sistemas de produção tradicional, através de práticas a partir da cultura local, procurando ser a escola importante mediadora para construções e intervenções pela comunidade. Associar-se-á a agroecologia à escola indígena, por ser a escola um importante local para mediar construções e intervenções por parte da comunidade, vindo a ser as crianças fundamentais “atores” e a escola principal provedora de possíveis atividades. Procura-se a relação entre agroecologia e escola por se considerar este um espaço de mediação dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos não indígenas. O ensino e a agroecologia, podem vir a se manifestar no cotidiano da comunidade, gerando novos hábitos e percepções sem desvirtuar a tradição e a identidade local, permitindo associações com a cotidianidade da comunidade, gerando construções de projetos ambientais. A cultura indígena pode vir a contextualizar possíveis construções agroecológicas, sob o contexto que a envolve, prevenindo-se de propostas e mediações utópicas, fadadas a insucesso quando baseadas estritamente em propostas para modelos insustentáveis de uso da terra, pelo contrário, sugere-se a criação de atividades concretas associadas a demandas emergentes com propostas sustentáveis. .

Palavras-chave: Agroecologia, escola indígena, comunidade.

1. A Agroecologia e comunidades indígenas

Atualmente são diversas as comunidades indígenas no Brasil, mesmo frente à possibilidade de declínio destas, houve nos últimos anos crescimento destas populações, com relação à identidade, buscas por seus direitos, por suas terras e sua cultura. “Hoje, os mais de duzentos povos indígenas espalhados por todo o país desmentem claramente todas as abordagens, teorias e políticas que preconizaram seu fim. Fortalecidos pelo crescimento vegetativo e pelos movimentos de autodeterminação, diversos povos vem se organizando e exigindo da sociedade brasileira respeito à diferença ao mesmo tempo em que reivindicam direitos comuns aos cidadãos brasileiros. Afirmando suas identidades, vários povos têm tomado cada vez mais consciência de que podem lutar por seus direitos, suas terras, afirmação das suas identidades, manutenção de seus territórios e valores culturais...”(JESUS, Z. R. 2011).

Diante do aumento da preocupação com reconhecimento e com o uso e ocupação dos territórios indígenas, cabem propostas que venham permitir ações que além de satisfazer as comunidades indígenas, venham a contribuir com a preservação ambiental. A agroecologia como atividades agrícolas e florestais que além de objetivar a preservação do meio, valorizam o conhecimento tradicional para estes fins, vem a atender a construções de tais propostas.

2. Agroecologia como via de sustentabilidade das comunidades locais

A agroecologia pode ser compreendida como uma ciência que envolve práticas agrícolas com princípios ecológicos, associadas ao respeito com o ser humano, tanto sob o ponto de vista econômico como ambiental. Altieri (2002), afirma que a agroecologia “surgiu como uma disciplina que proporciona os princípios ecológicos básicos de como estudar, conceber e gerenciar ecossistemas agrícolas que ao mesmo tempo sejam produtivos e permitam a conservação ambiental, e que sejam também culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. *“Definida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável nas suas*

diversas manifestações ou denominações. Sob esta ótica, não podemos confundir a Agroecologia –enquanto disciplina científica ou ciência– com uma prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou um estilo de agricultura (Altieri, 2002).

Em definição mais ampla (Sevilla Guzmán e González de Molina, 1996), a Agroecologia constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para, através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, a dimensão local é vista como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implementação de sistemas de agricultura alternativa, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural. *“A consolidação da agroecologia como ciência e de seus princípios na formade tecnologias apropriadas encontra-se, hoje, em um momento decisivo. Ao mesmo tempo em que caminha rumo a uma solução para sustentabilidade de comunidades de agricultores, representa a ruptura com o paradigma da agricultura convencional enraizado pela Revolução Verde. Neste sentido, o forte movimento em favor de uma agricultura sustentável, em todas as suas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, etc.), tem-se traduzido em uma alternativa capaz de resgatar os pequenos produtores do ponto de vista econômico e ético, inserindo-os de modocompetitivo no mercado, garantindo a preservação de suas tradições e uma relação mais harmônica com os ecossistemas naturais.” (ROCHA 2006)*

No estudo da cultura de uma população não se pode prescindir do conhecimento das condições naturais oferecidas pelo meio físico. Sabemos da influência que o ambiente oferece, condicionando o desenvolvimento da cultura. *“As relações entre esta e o meio físico vão refletir no grau cultural do respectivo grupo. O ambiente condiciona a vida humana, em primeiro lugar através do clima e do solo e, depois, pela vegetação, pelo relevo e pelos elementos que o constituem.” (Diégues, 1980)*

A agroecologia considera o indivíduo como parte do ambiente em que ele esta inserido, de forma a gerar, interferir e compor, diversos “desenhos” associados às dinâmicas das populações. *“A agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos que incorporam princípios ecológicos e valores culturais, conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e*

tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas. É importante destacar que a agroecologia não pode ser validada apenas conforme a regra de produção científicas convencionais. Apesar de pesquisas cientificamente convencionais estarem sendo feitas com relação aos sistemas agroecológicos e demonstrarem dados concretos sobre as vantagens destes sistemas, o que realmente pode validar as práticas agrícolas não são os resultados obtidos em laboratórios ou estações experimentais, mas sim as práticas de cultivos de populações tradicionais- indígenas e camponesas.” (Leff, 2002,em Theodoro, Suzi, et al. 2009).

Por compor-se por práticas diretamente associadas ao conhecimento tradicional, a agroecologia caracteriza-se então por traços étnicos, típicos de determinada população, considerando sua cotidianidade e relações de exploração do meio que habitam. Caracterizada como etnoagroecologia, a agroecologia vem a ser substanciada a partir de quando considera-se os valores dos agricultores tradicionais, relacionados a maneira como manejam os recursos naturais, esta que faz parte de sua cotidianidade e identidade étnica.

Quando são sugeridas propostas que são contraditórias ao modo de produção convencional, defrontando-se com toda uma campanha ao consumo típicos da sociedade capitalista, o qual enovela os indivíduos de forma a ocultar as implicações e consequências do processo de produção, é notável a necessidade de intervenções de cunho social, “...social, por passar a exigir uma nova maneira de relacionamento com a natureza e com as humanidades, o que vem a redefinir o comportamento social, este o qual pode ser distanciado de determinados valores, como os conhecimentos tradicionais. Estamos em um século o qual clama por entendimentos em todas as facetas dos poderes instituídos, articulando os problemas de forma analítica e não apenas como relações de causa e efeito. Denomina isso de “conhecimento prudente”, aquele capaz de integrar as Ciências e promover a inter-relação entre cultura, ambiente, sociedade e tecnologias” (Santos, 2008).

A agroecologia pode basear-se em práticas baseadas no conhecimento das populações tradicionais, valorizando o conhecimento gerados pelas mesmas, integrando então, a cultura, o ambiente, a sociedade e a tecnologia. A maneira como as populações tradicionais relacionam-se e percebem o meio que habitam, podem configurar a agroecologia, gerada por construções próprias de dada comunidade, associadas à demandas ambientais e culturais locais, de forma a exercer a exploração agrícola e florestal apropriadas ao seu território.

A relação dialética da cultura local e da agroecologia pode gerar soluções e novos questionamentos com relação à qualidade de vida da comunidade. A identificação de novos

problemas é possibilitada por meio do estabelecimento de diretrizes básicas no processo de desenvolvimento de ações coletivas na própria comunidade, sendo estas descritas pela mesma.

2. A escola indígena e a etnoagroecologia

Não pretende-se neste trabalho apresentar explicações quanto às estruturas das escolas indígenas, nem da sua funcionalidade, nem quanto legislação, objetiva-se tratar a escola como possível mediadora de construções agroecológicas, como espaço físico central às discussões e prática pelos estudantes e comunidade. A escola indígena, preocupar-se com a cultura local, colaborando com construções próprias, deixando-se de responsabilizar-se apenas como instituição, passando a promover a educação como proposta coletiva, *“considerar velhas formas de pensar como inevitáveis, o que, a seu ver, tem gravemente impedido o desenvolvimento da ciência em geral. Em vez de perseguir um saber novo, preferimos deliciar-nos com a reprodução do saber velho. Isso é possível pelas formas de cooptação que, embora diferentes segundo os lugares, terminam oferecendo os mesmos resultados, isto é, a canonização dos modelos”*. (Santos, 2012).

Sendo nesse aspecto a escola uma reprodutora de indivíduos mediados e disponíveis a atender as necessidades do sistema concentrador de capital, ou seja, torna-se importante gestora de indivíduos críticos e consciente, motivando estes quanto à possibilidade de utilizarem seus próprios saberes em prol da sustentabilidade ambiental e social do seu próprio meio.

“Trata-se de entender a História Oral na perspectiva de, face à impossibilidade de constituir “A” história, (re)constituir algumas de suas várias versões, aos olhos de atores sociais que vivenciaram certos contextos e situações, considerando como elementos essenciais, nesse processo, as memórias desses atores – via-de-regra negligenciados – sem desprestigiar, no entanto, os dados “oficiais”, sem negar a importância de fontes primárias, de arquivos, de monumentos, dos tantos registros possíveis. Não havendo uma história “verdadeira”, trata-se de procurar pela verdade das histórias, (re)constituindo-as como versões, analisando como se impõem os regimes de verdade que cada uma dessas versões cria e faz valer. (GARNICA, 2004, p.87).”

A escola vem a fazer parte das estratégias de autonomia política dos povos tradicionais, entre estes os indígenas, procurando trabalhar temas e projetos ligados ao meio ambiente, de forma a capacitar os alunos para cuidarem do seu território. Esta escola deve estar voltada para

os projetos societários, de forma a integrar em suas atividades e projetos, como os agroecológicos, dentre eles recuperação de nascentes, preservação de sementes tradicionais, hortas comunitárias e sistemas agroflorestais. Inserir nas escolas indígenas atividades voltadas para as formas tradicionais de cultivo e manejo de animais silvestres, trazendo reflexão sobre a gestão territorial e ambiental de suas terras.

As escolas são provedoras centrais em muitas comunidades de discussões e construções, sejam estas, parte das propostas educacionais e (ou) atividades extracurriculares e até mesmo com caráter extensionista. *“Em esa Escuela se imparte una educación integral que incluye aspectos tecnológicos, culturales, espirituales y humanos. Se pretende que los alumnos que asisten a la escuela, al agresar, apoyen em sus comunidades la práctica de una agricultura orgánica y el proceso de desarrollo de proyectos de beneficio social. Este sistema de educación engloba los procesos de educación formal e no formal.”* (Céron, Ruan. 2003)

A escola pode vir a mediar construções agroecológicas, podendo ser as crianças fundamentais “atores” e a escola principal provedora de possíveis atividades. O ensino e a agroecologia (associados à práticas pedagógicas, assim como à evidência do etnoconhecimento), podem repercutir na criação de práticas agrícolas-extratvistas, associadas às tradições e hábitos. As realidades educativas de determinada comunidade, podem entremear-se no que condiz a possibilidade de enfoques agroecológicos, de formar a propor práticas educativas associadas à exploração dos recursos naturais. Sob este enfoque dá-se devida atenção à observações particulares às crianças indígenas e possíveis construções de processos agroecológicos, com base nos princípios ecológicos e etnológicos.

“A construção da autonomia no pensar é um dos papéis da educação, que, na perspectiva da Agroecologia, não consiste em substituir modelos, mas em dialogar na construção de saberes, criar as condições para que os(as) agricultores(as) possam tanto mobilizar seu conhecimento enquanto grupo social (e não apenas individualmente), como compreender, apreender e adaptar novas tecnologias aos seus agroecossistemas específicos. Dessa forma, o que ocorre não é o mero repasse de informação, mas troca e socialização permanentes de aprendizados, práticas, conhecimentos e resultados...” (Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 155-173, dez. 2012).

A agroecologia formulada a partir de princípios epistemológicos, abandona as verdades tidas como universais, passando a levar em consideração as subjetividades próprias de comunidades locais, com suas crenças, valores, formas de organização e tecnologias. Não

comum à comunidade científica pois, *“São raras as pesquisas realizadas com crianças indígenas que visam ouvir sua voz em primeiro plano; que procurem ouvir as suas vozes e as suas representações tendo como referência os seus contextos de aprendizagem, o lugar que ocupam na estrutura social de seu grupo, as suas atuações e suas produções (como são percebidas ou não), suas histórias recentes de reconfiguração territorial, das intervenções institucionais – escolas, igrejas, órgãos de segurança, mídias, – de seus nexos sociais e identidade étnica. Neste sentido é preciso exercitar a vigilância epistemológica e metodológica para não reproduzir a superioridade ocidental no discurso de “dar voz aos sem voz.”* (Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 155-173, dez. 2012).

. *“Os povos indígenas, ao “recontextualizarem” a escola como espaço epistemológico e político norteado pelo uso da língua materna e pelo respeito aos processos próprios de aprendizagem, campos cognitivos e cosmológicos de construção de sentidos e significados, insurgem-se e apontam a necessidade de construir novos aportes teóricos e pedagogia(s) que deem visibilidade a outras lógicas epistêmicas locais produzidas pela “colonialidade do poder”, as quais são diferentes da lógica dominante ocidental. Desconsiderar as crianças – principalmente as crianças indígenas – como produtoras de saberes faz parte do projeto de hierarquização das inteligências, da cognição e do conhecimento.”* (Nascimento, Aldir Carraro, 2012).

Relevando-se os aspectos culturais e por si suas tradições, a escola é uma importante norteadora de práticas as quais suscitam referentes práticas. É clara a possibilidade de existirem conflitos nas escolas indígenas, com relação às propostas de ensino no contexto municipal, as quais provavelmente não tenham trabalhos objetivados a atender às necessidades peculiares à estas comunidades, estes os quais poderiam ser relacionados à educação tradicional trabalhada com os indígenas. As estruturas nas escolas indígenas de certa forma dispensam algumas formalidades no ensino, o que em nada haver impossibilita a aprendizagem.

3. Considerações Finais

A agroecologia pode ser associada às práticas agrícolas e florestais as quais preservem os ecossistemas, com devida atenção ao homem do campo e o conhecimento produzido pelo mesmo. Apesar de algumas práticas agroecológicas concentrarem-se em pesquisas pontuais, por vez, a agroecologia passou a perceber a cultura das comunidades indígenas e as possibilidades

de então contribuírem com construções as quais fossem benéficas para a preservação da sua cultura, assim como para a comunidade científica.

Como importante complemento para as escolas a agroecologia pode vir a complementar programas de ensino relevando a contextualização indígena, de forma a abranger em seu escopo técnico as dimensões tradicionais, que envolvem identidades, contextos políticos e sócio culturais complexos. Tal complexidade norteia uma experiência entremeada de desafios, de contradições dialéticas e de acertos que podem ser bastante enriquecedores para a composição de uma nova maneira de se pensar tanto a educação indígena a sua contribuição para as pesquisas no meio científico.

O olhar etnográfico vêm a permitir a observação das comunidades indígenas, especificamente com relação à escola x comunidade, podendo-se obter novas compreensões, motivados estas por novos problemas que se deseja conhecer e/ ou resolvê-los, para surgirem então construções etnoagroecológicas que venham atender às possíveis demandas socioambientais da comunidade observada.

Sugere-se que a educação para os indígenas, não seja análoga à educação “convencional”, a qual não preocupam-se em momento algum com as peculiaridades culturais dos povos indígenas, nem com as especificidades das etnia, e sim que atente-se aprender e para que aprender, não abstando-se no entanto, da necessidade da educação formal, contemporânea, porém com atenção às devidas distinções

4.Referências Bibliográficas

ALTIERI, M.A. Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p

CÉRON, Juan, Et al. Desarrollo Tecnológico participativo para uma agricultura sustentable Universidad Autónoma Chapingo. Chapingo, México. Editor Bernardino Mata García. Agosto , 2003.

JUNIOR, Manuel Di égues. “Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

GARNICA, A. V. M. História Oral e educação Matemática. In: BORBA, M. C., 2004.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Os processos próprios de aprendizagem e a formação dos professores indígenas. Em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5061/3329>>. Acesso em: 14/07/2013.

ROCHA, Eduardo Jorge Pino Lyra. Agroflorestassucessionais no assentamento Fruta D'anta/MG: potenciais e limitações para a transição agroecológica. 142 p. Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.

ROGRIQUES, Mariana et al. Etnoconhecimento: uma possibilidade de diálogo para o ensino. Em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf> Acesso em: 05/02/2014.

SANTOS, AKIKO (2005) Publicado no periódico Rural Semanal, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, I parte: na semana de 22/28 de agosto de 2005; II parte: na semana de 29/04 de setembro de 2005.

SANTOS, Milton, 1926 – 2001 Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica / Milton Santos. – 6 .ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012,- (Coleção Milton Santos; 2)

Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. Em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em: 11/12/2012.

RODRIGUES, Mariana et al. “Etnoconhecimento: Uma Possibilidade de Diálogo para o Ensino. Em <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf>. Acesso em: 05/02/2014.

CÉRON, JUAN, Et al. Desarrollo Tecnológico participativo para una agricultura sustentable Universidad Autónoma Chapingo. Chapingo, México. Editor Bernardino Mata García. Agosto , 2003.

DOCUMENTO-SÍNTESE DOS DOCUMENTOS FINAIS DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. Brasília, novembro de 2009. Em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Escolar_Indigena/caderno_propostas_1_conferencia_educacao_escolar_indigena.pdf>. Acesso em: 23/01/2014

GONZÁLEZ, S. V. 2000. *Saberes y agricultura como forma de vida*. Proyecto de tesis doctoral. ENAH. México, DF.

GUZMÁN, Sevilla. Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma

sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan/fev, 2002

THEODORO,Suzi. Et al. (orgs) Agroecologia : um novo caminho para extensão rural sustentável . – Rio de Janeiro :Garamond, 2009.

JESUS, Z. R. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. Trabalho Apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011

FERNANDES, J. e REIS, N. *Etnoconhecimento para um etnoreconhecimento: a importância da educação diferenciada na/para a escola pública com qualidade social – Proetno*. Em:<http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf>. Acesso em: 12/02/2014